



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.iesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 04/12/2019 16:44

RIC n.1731/2019

Senhor Presidente:

- a) Quais são as políticas públicas implementadas pelo governo federal para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil?
- b) O governo federal está elaborando alguma proposta de mudança na legislação brasileira capaz de contribuir no combate à desigualdade racial e o preconceito?
- c) Qual o valor previsto e qual o valor efetivamente executado no Orçamento da União em 2019 para o combate à desigualdade racial e o preconceito?
- d) Qual o valor previsto no Orçamento da União em 2020 para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 04/12/2019 16:44

RIC n.1731/2019

JUSTIFICAÇÃO

O IBGE publicou durante o mês de novembro/2019, o estudo intitulado “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” comprovando que a população negra é a maioria entre os desempregados, recebe menos, tem menor representação parlamentar e é a principal vítima de homicídios.

Quando o assunto é mercado de trabalho, por exemplo, pretos e pardos representam 64,2% dos desempregados e 66,1% dos chamados subutilizados.

A desigualdade se revela também no item distribuição de renda. Os pretos ou pardos representam 75,2% do grupo populacional que têm os menores rendimentos. E são apenas 27,7% dos 10% da população com maior renda.

O portal Nexa transformou os dados da pesquisa em gráficos. A única boa notícia da pesquisa é de que, pela primeira vez na história do país, o número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou o de brancos, representando 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública.

O levantamento revela ainda que a população negra e parda está melhorando seus índices educacionais de acesso e permanência. Segundo o IBGE, a melhoria destes índices é reflexo de políticas públicas, como o sistema de cotas criado no governo Lula.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC